

CONGRESSO

Deputados tentam apagar imagem negativa

Punição de colegas suspeitos pode ser positiva para restaurar a credibilidade

GUILHERME EVELIN

BRASÍLIA — A Câmara dos Deputados tomou, na semana passada, duas decisões importantes, de caráter saneador, para retirar sua credibilidade perante a opinião pública do fundo do poço em que jaz atualmente. A destituição do deputado João Alves (PFL-PA) do cargo de relator-geral da Comissão Mista de Orçamento do Congresso e a aprovação do pedido de cassação do deputado Jabes Rabelo (sem partido-RO) pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara podem significar caminhos para a reabilitação da conspurcada imagem do Congresso, apesar de o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), garantir que esse não foi o objetivo das duas decisões.

"Não estamos nos movendo por causa da imagem", assegurou Ibsen, na quarta-feira, enquanto comemorava, com indisfarçável ar de satisfação, o resultado da votação que aprovou o pedido de cassação de Jabes. "As instituições políticas, por causa das imunidades parlamentares, apenas têm de ter mecanismos de correção, regeneração e punição muito mais rígidos." O teste definitivo acontecerá esta semana, quando o plenário da Câmara se reunir secre-

tamente para votar a cassação do mandato de Jabes. "O destino já está traçado", afirma, confiante, o primeiro-secretário da Mesa da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE). "O plenário dificilmente muda um parecer da comissão".

Retrospecto medíocre — A destituição de Alves e a cassação de Jabes não trarão grandes prejuízos para o funcionamento da Câmara. Ambos têm retrospecto medíocre como parlamentares. Alves, apesar de há 28 anos ser reeleito consecutivamente para a Câmara, só era conhecido nos bastidores do Congresso por sua atuação na Comissão Mista de Orçamento, cujos aspectos nocivos estão sendo agora revelados. Um deles por obra da Polícia Federal, que na semana passada estourou o escritório de Normando Leite Cavalcante, "assessor informal" de Alves, dono da empresa Seval Ltda.

A empresa é acusada de intermediar, em troca do pagamento de comissões, a liberação de verbas da União, aprovadas no orçamento pelo ex-relator, para as prefeituras do interior do Nordeste, principalmente para as bases eleitorais do deputado do PFL. Até outubro, a Seval já havia liberado mais de Cr\$ 20 bilhões.